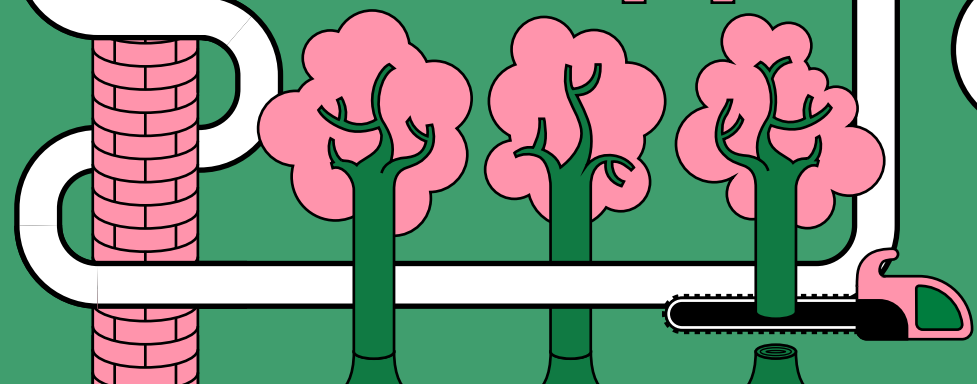
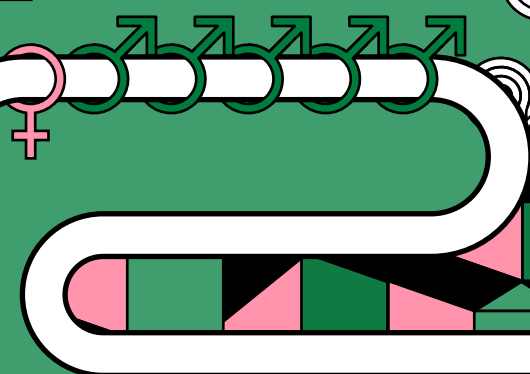
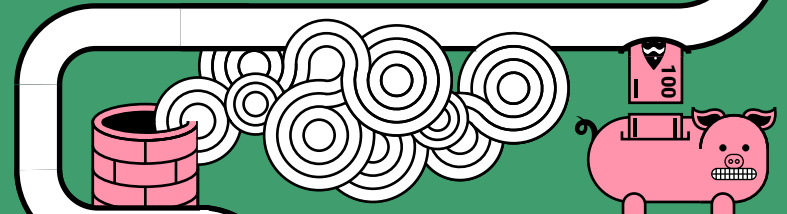
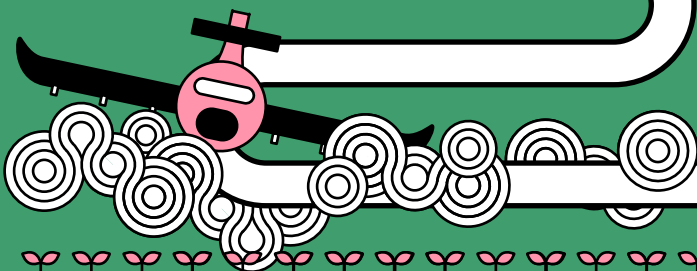
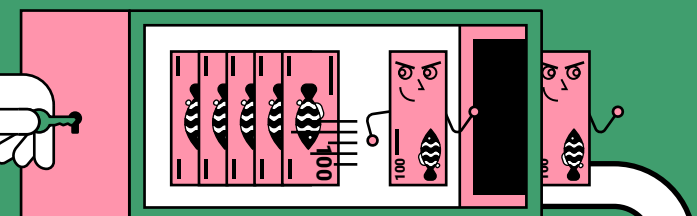
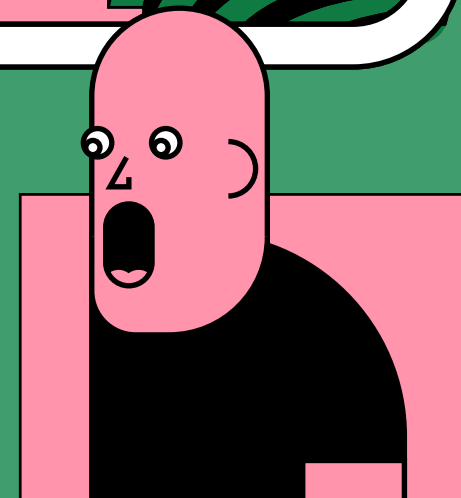
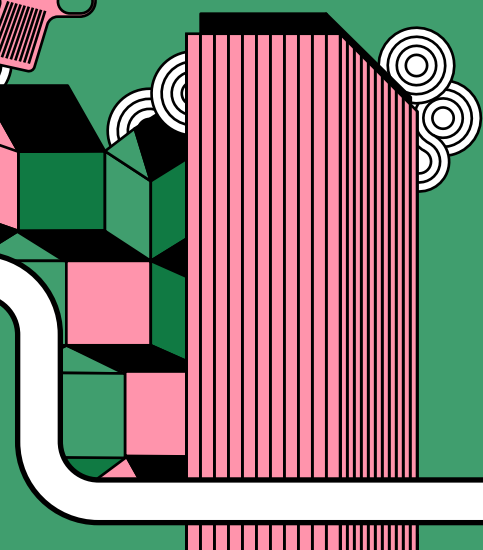
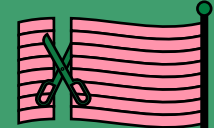




SEU DINHEIRO NÃO ESTÁ NO COFRE DO BANCO



Ele tem pernas
e financia muita
coisa por aí





AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS 2020

RESUMO EXECUTIVO

REALIZAÇÃO



APOIO



fevereiro de 2021

RESUMO EXECUTIVO

A oitava edição do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR) chega em um momento de grande reflexão sobre o tema da sustentabilidade. Se o debate sobre responsabilidade socioambiental já vem ganhando corpo mundialmente há algum tempo, a pandemia de Covid-19 tornou ainda mais premente a promoção do desenvolvimento sustentável. Isso se deve não apenas ao impacto socioambiental que ela causou, mas também à intensificação das desigualdades sociais que gerou e à própria vinculação do seu surgimento com a interferência humana no meio ambiente.

Nesse contexto, o GBR consolida-se como um importante instrumento de reflexão e avaliação do papel dos bancos na sociedade, uma vez que joga luz sobre as políticas das instituições e cobra maior responsabilidade em suas ações. Vale lembrar que o setor é um dos principais responsáveis por determinar os rumos dos negócios em um país, na medida em que decide quais empresas receberão financiamentos e investimentos.

Realizado a cada dois anos por uma coalização de ONGs liderada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o GBR tem o objetivo de medir o grau de responsabilidade socioambiental das instituições financeiras. Para isso, observa não apenas a qualidade do relacionamento que os bancos mantêm com seus clientes, mas também com as demais partes interessadas, como investidores, reguladores, o próprio setor financeiro e a sociedade civil organizada de forma geral.

A metodologia de avaliação das políticas foi desenvolvida pelo *Fair Finance International* (FFI), uma rede internacional de organizações da sociedade civil que trabalham em prol de um sistema financeiro mais justo e sustentável. Em seus seis anos de existência, o FFI já marca presença em 13 países e há expectativa de expansão para os próximos anos.

Em cada país, o FFI forma coalizações que reúnem instituições atuantes na defesa dos direitos humanos, meio ambiente, direitos do consumidor, bem-estar animal e direitos trabalhistas. No Brasil, essa coalização congrega quatro organizações da sociedade civil: Conectas Direitos Humanos, Idec, Instituto Sou da Paz e Proteção Animal Mundial.

Neste ano, o guia traz a avaliação dos nove maiores bancos do país, em ativos. Desses, três bancos são públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa) e seis são privados (Bradesco, BTG Pactual, BV, Itaú-Unibanco, Safra e Santander Brasil), sendo o Santander Brasil o único representante de capital internacional. Somados, eles respondem por 78% do total de ativos de conglomerados financeiros do país e concentram mais de 80% da carteira de crédito para Pessoas Físicas e Jurídicas.

A cada instituição foi atribuída uma nota geral, numa escala de 0 a 10. Para isso, foram investigados 18 temas, que se desdobram em 350 elementos de avaliação. Os temas avaliados dizem respeito a questões urgentes, presentes tanto no debate público quanto na agenda de organizações públicas e privadas.

RESUMO EXECUTIVO

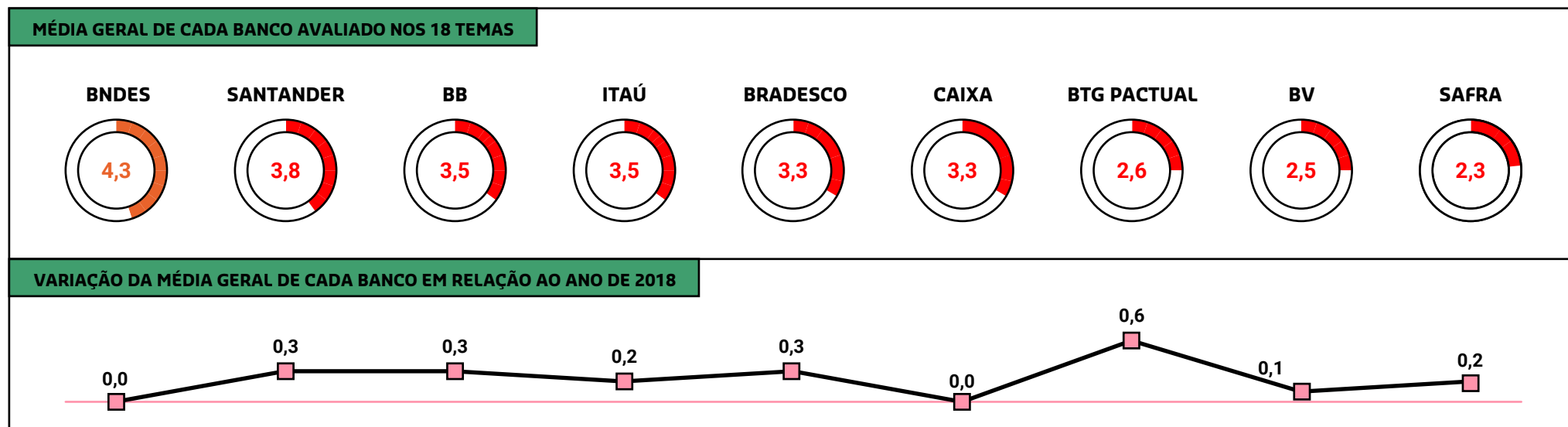
Resultados dos bancos avaliados

O desempenho médio dos nove bancos ficou em 3,2, sendo que o BNDES ocupou mais uma vez a dianteira, com 4,3 pontos, a mesma nota da avaliação anterior. Em segundo lugar figura o Santander, com 3,8 pontos, seguido pelo BB (3,5), que subiu duas posições principalmente devido às melhorias de suas diretrizes de sustentabilidade para o crédito. Embora a nota tenha sido a mesma obtida pelo Itaú, o desempate foi dado pelo fato de que o Banco do Brasil tem notas maiores do que o Itaú em 10 dos 18 temas, principalmente devido às suas políticas setoriais. Assim, o Itaú consolida-se na quarta posição.

Na sequência, figuram Bradesco e Caixa empatados com 3,3 pontos. No entanto, o Bradesco teve notas maiores que a Caixa

em oito dos 18 temas, enquanto a Caixa teve notas maiores que o Bradesco apenas em seis, com empate em outros quatro. Por isso, foi atribuído o quinto lugar ao Bradesco e o sexto à Caixa.

Com as menores pontuações ficaram BTG Pactual (2,6), BV (2,5) e Safra (2,3). A maior variação positiva na nota foi do BTG Pactual, por ter se tornado signatário dos Princípios do Equador em 2020. O BV fica logo atrás por pontuar em relativamente poucos elementos além daqueles cobertos pelos Princípios do Equador. Por fim, o Safra, que, apesar de aparecer como último colocado, vem obtendo avanços significativos nos últimos anos.



RESUMO EXECUTIVO

O relatório traz o detalhamento da atuação dos bancos nos diferentes temas e os destaques positivos e negativos de cada um. De maneira geral, todas as instituições passaram a dar mais importância à pauta da sustentabilidade. Ainda que de forma heterogênea, houve uma mudança significativa no papel que o assunto ocupa na estrutura interna dos bancos e nos seus documentos.

Enquanto na edição de 2018 do GBR observou-se que as questões de responsabilidade social ainda eram, na maioria das vezes, coadjuvantes, em 2020 elas passaram a ser mais presentes e transversais. A geração de impacto positivo e a criação de valor compartilhado ganharam destaque nos relatórios anuais dos bancos e, em quase metade deles, tornaram-se o fio lógico que une diversas narrativas, como rentabilidade, compromissos e identidade de marca.

O aumento da transparência e da publicidade em relação às suas próprias políticas é uma das consequências dessa mudança de paradigma. Se antes os bancos viam essas políticas como “segredos industriais”, agora muitos deles já enxergam a publicação de

informações ASG como uma vantagem comparativa e como uma oportunidade de liderar o mercado.

Ainda que a mudança de postura seja bem-vinda, a prática é bem menos animadora e indica que narrativa e desempenho nem sempre convergem. Ao observar o que existe, de fato, de melhoria nas políticas em relação a 2018, nota-se que os bancos não avançaram na magnitude necessária para a urgência dos temas socioambientais ou que focaram questões operacionais, internas à instituição.

No entanto, o maior impacto que as instituições financeiras causam na sociedade e no meio ambiente é consequência de suas atividades-fim, ou seja, a prestação de serviços financeiros. Nesse quesito, ainda há relativamente poucas políticas publicadas e seu conteúdo tende a ser bastante generalista. A maioria das políticas dessa ordem diz respeito à concessão de crédito, enquanto os investimentos – sejam os realizados com recursos da própria instituição, sejam aqueles feitos com recursos de clientes – carecem ainda mais de detalhamento.

RESUMO EXECUTIVO

Avaliação de temas

Além da avaliação por instituição financeira, o GBR também examina a evolução e a situação de cada um dos 18 temas propostos para análise. Aqui, o resultado foi bastante heterogêneo, com alguns deles obtendo notas baixíssimas, enquanto outros tiveram pontuações relativamente boas.

Os 18 temas analisados estão agrupados em três categorias de acordo com a sua natureza: transversais, quando apresentam intersecções em todos os setores econômicos que o banco apoia (indústria produtiva, extrativista, agropecuária etc.); setoriais, quando estão ligados a uma área particular da economia e, portanto, carregam especificidades dela; e operacionais, quando dizem respeito às questões internas do banco.

Os avanços mais significativos foram observados nos temas Inclusão Financeira, Direitos do Consumidor e Igualdade de

Gênero, ainda que este último tenha obtido uma pontuação média de apenas 2,0. Apesar disso, é importante valorizar que o progresso se deve principalmente à maior sistematização e publicação de políticas para esses temas. Contribuiu para a melhora o engajamento dos bancos no diálogo constante com o Idec, no âmbito de estudos de caso do GBR, que aponta necessidade de melhorias no atendimento aos consumidores e na oferta de crédito, entre outras questões de direitos do consumidor.

Os números comprovam a percepção de que, pelo menos por enquanto, os bancos estão olhando mais para si do que para a sociedade como um todo. Enquanto nos temas operacionais a média ficou em 4,8 pontos, o que pode ser considerado um patamar razoável, nos temas transversais a média foi de apenas 2,8 pontos. Nem os pontos de legislação, que foram atribuídos

Transversais	Setoriais	Operacionais
Corrupção	Alimentos	Direitos do consumidor
Direitos humanos	Armas	Inclusão financeira
Direitos trabalhistas	Florestas	Remuneração
Igualdade de Gênero	Geração de energia	Transparência e prestação de contas
Impostos	Mineração	
Meio ambiente	Óleo e gás	
Mudanças climáticas	Setor imobiliário e habitação	

RESUMO EXECUTIVO

a todos de forma automática, foram capazes de salvá-los do mau desempenho em questões como Mudanças Climáticas (1,4), Igualdade de Gêneros (2,0) e Impostos (1,7).

Quando se olha para os temas setoriais, a situação é ainda pior, com uma pontuação média de 2,2 pontos, deixando clara a necessidade de estabelecer melhorias nesse aspecto. Um primeiro passo para isso seria divulgar as políticas que já existem, mas que não são públicas.

Embora as notas, de forma geral, indiquem uma tendência de melhora gradual nas políticas de responsabilidade socioambiental dos bancos, sua velocidade ainda está muito aquém do necessário. Para haver o avanço devido, seria preciso sair da média atual de 3,2 para um patamar de pelo menos 5.

Essa é uma meta perfeitamente alcançável e realista. Em outros países, como Noruega, Suécia e Holanda, bancos tradicionais, com operação em diversos países, cumprem pelo menos 50% das diretrizes da metodologia do FFI. Para seguirmos nessa direção, é preciso dedicar especial atenção àqueles temas que obtiveram as piores pontuações (2 ou menos): Armas, Setor Imobiliário e Habitação, Remuneração, Igualdade de Gênero, Impostos e Mudanças Climáticas.

No tema Impostos, por exemplo, a principal razão para as notas baixas é a ausência de políticas publicadas que exijam certos critérios sobre transparência fiscal e pagamento de impostos das empresas nas quais os bancos investem ou que financiam. Com exceção do BNDES, nenhum outro banco pontuou nos elementos

referentes a essas empresas. Também pesa a presença em paraísos fiscais que, apesar de tributada no Brasil, demanda salvaguardas adicionais.

O único tema em que se observou uma tendência generalizada de queda na nota foi Remuneração (1,5). Ainda que não seja possível definir com certeza as razões para isso, levantam-se duas hipóteses. A primeira é que pode ter havido mudanças de cálculo da remuneração variável e que diversas variáveis socioambientais tenham deixado de ser consideradas. A outra possibilidade é que detalhes sobre esse cálculo tenham deixado de ser publicados. Qualquer que seja o caso, ambas apontam para a necessidade de maior transparência.

Já Mudanças Climáticas foi um dos temas transversais que teve aumento da nota média na comparação com a edição de 2018. O avanço se deve principalmente à crescente disponibilização de produtos para mitigar as alterações no clima, com taxas de juros mais atrativas ou incentivos a atividades menos poluentes, especialmente no setor de energia. No entanto, o assunto ainda requer medidas mais assertivas, com metas específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e com prazo.

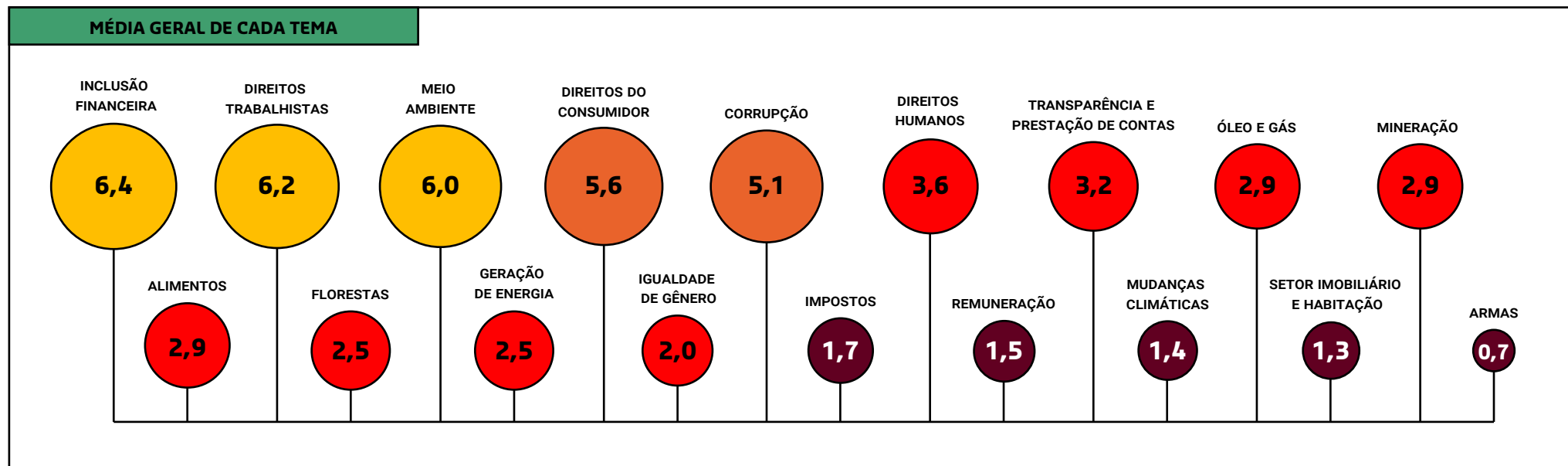
De todos os temas, Armas foi o que teve a menor pontuação média (0,7). O Brasil é o terceiro maior exportador de armas leves do mundo, e os armamentos produzidos aqui contribuem para conflitos no Brasil e no exterior. Ainda assim, entre os bancos avaliados, apenas Safra e Santander publicam e detalham suas diretrizes para o setor.

RESUMO EXECUTIVO

Com a segunda pontuação mais baixa, Setor imobiliário e Habitação mantém a tradição histórica de ser mal avaliado no GBR. Com exceção da Caixa, os outros bancos não apresentam políticas específicas para o financiamento do setor. Esse é um fator de preocupação, dada a enorme importância que ele tem para a sociedade. Ainda assim, houve uma melhora na pontuação geral em decorrência do fato de que mais bancos passaram a oferecer produtos com taxas mais baixas para que clientes pessoa

física e microempreendedores possam tornar suas propriedades mais sustentáveis ou eficientes energeticamente.

Para concluir, se diversas instituições vêm, com todo direito, dando publicidade a suas iniciativas ASG como uma forma de liderar o mercado e agregar valor à marca, vale lembrar que a sustentabilidade não pode ser vista como um produto, mas precisa ser integrada em toda a cadeia de valor da instituição, alcançando todos os serviços financeiros que oferece.



RESUMO EXECUTIVO

Sobre a metodologia

A metodologia do FFI é uma referência mundial em termos de padrões e iniciativas internacionais de responsabilidade socioambiental. Diferentemente do que ocorre com a maioria dos outros indicadores de sustentabilidade — e esse é um dos diferenciais do GBR —, ela não se restringe apenas a critérios de risco, mas abrange também aspectos sobre impactos econômicos, ambientais e sociais.

Além disso, por ter sido construída com foco específico no setor financeiro, consegue captar especificidades e avaliar o impacto que essas instituições geram a partir de seus investimentos e financiamentos. Os bancos fomentam outros negócios e, por isso, suas políticas não devem levar em consideração apenas as ações que dizem respeito a si mesmos, mas também as empresas que apoiam.

A responsabilidade socioambiental pode ser observada tanto sob o ponto de vista do risco quanto do impacto. Na primeira, as instituições financeiras avaliam os possíveis impactos ambientais e sociais de um investimento a partir das perdas financeiras e de reputação que ele pode gerar. Embora essa abordagem tenha sido privilegiada e já esteja incorporada ao mercado de crédito e investimento brasileiro, ela não é suficiente para dar conta do tema sustentabilidade com a complexidade e urgência que ele exige.

Já na abordagem de impacto socioambiental, o banco deve levar em consideração os prejuízos que seus financiamentos e investimentos geram no clima, na natureza e na sociedade. Ou

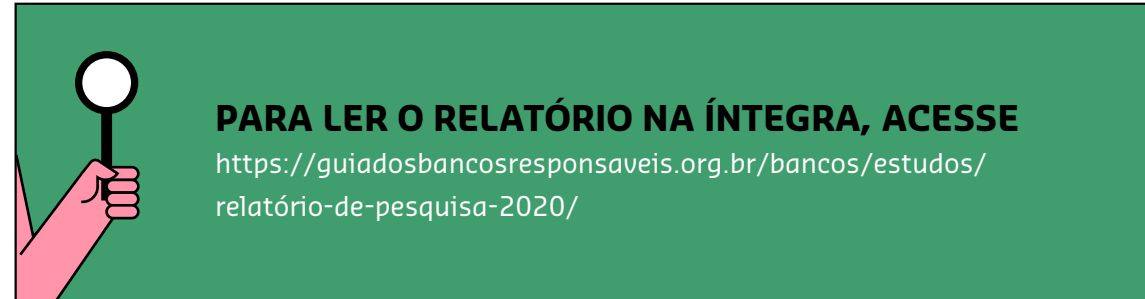
seja, o retorno financeiro deixa de ser o único critério de decisão e passa-se a avaliar também a sua contribuição para o bem-estar da população, preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecológicos.

É importante destacar que esse tipo de avaliação também é positivo para a própria instituição financeira, já que leva a riscos menores tanto no curto quanto no longo prazo, além de reduzir as chances de impactos macroeconômicos negativos, que prejudicam a rentabilidade das empresas. A relação entre as duas abordagens — risco e impacto — não é de antagonismo, mas de complementaridade.

A incorporação de critérios ASG é fundamental para mitigar riscos tanto para o banco quanto para a sociedade e o ambiente. Embora seja uma tendência mundial, esse debate ainda é incipiente no Brasil, onde predomina a perspectiva de risco, com políticas de gerenciamento de risco socioambiental que focam só ou majoritariamente os retornos financeiros.

A pesquisa foi realizada entre maio de 2020 e janeiro de 2021. Toda a análise do GBR parte de documentos públicos que os próprios bancos disponibilizam, consolidando e classificando as informações. No total, foram consultados mais de 400 documentos, dos mais diversos temas e que incluem questões financeiras, de governança e de sustentabilidade, entre outras. As informações obtidas foram utilizadas tanto para atribuir pontuação nos temas, quando havia detalhes suficientes para isso, quanto para a análise qualitativa das políticas.

RESUMO EXECUTIVO



Como as nove instituições avaliadas têm perfis de atuação bem distintos umas das outras, isso foi levado em consideração na pontuação. Assim, quando uma categoria de investimento ou crédito não é relevante para aquele banco especificamente, ela não é considerada na ponderação da nota, o que evita que alguma instituição seja prejudicada ou privilegiada.

Os bancos são convidados a participar e a se envolver em todas as etapas do processo. Além de terem a oportunidade de contestar e comentar seu desempenho, também podem sugerir mudanças na metodologia, que é atualizada a cada dois anos. Essas propostas são levadas ao FFI, que as debate e decide se devem ou não ser acatadas e integradas à metodologia.

Embora o engajamento de cada instituição tenha ocorrido de forma heterogênea, é importante destacar que todas passaram a adotar uma postura de abertura ao diálogo, o que ensejou o estabelecimento de um calendário de debates ao longo de 2021 e abriu oportunidades de melhoria para 2022, quando ocorrerá a próxima avaliação de políticas.